

Fátima Cecchetto
Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz

Simone Monteiro
Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz

Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina

Resumo: *Este trabalho aborda a temática da discriminação e do racismo entre jovens cariocas, analisando as percepções, vivências e reações do grupo diante das situações de preconceito. O estudo integra uma pesquisa mais ampla sobre a repercussão de intervenções sociais nas trajetórias de rapazes e moças das camadas populares. Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade com 42 jovens, entre 18 e 24 anos, com e sem a participação em projetos voltados para a formação da cidadania e capacitação profissional. No presente artigo foi privilegiada a análise das falas dos/das jovens sobre os circuitos, as redes e os processos que envolvem as práticas discriminatórias na cidade do Rio de Janeiro. Destacamos as configurações que a discriminação e o racismo assumem entre os jovens do sexo masculino com experiência em projetos sociais e suas implicações para a sociabilidade e o acesso a determinados espaços sociais. A perspectiva comparativa entre os/as jovens com e sem experiência institucional forneceu pistas interessantes sobre as interfaces entre raça, classe e gênero, ampliando assim o entendimento das especificidades das relações raciais no Brasil.*

Palavras-chave: *discriminação, juventude, intervenção social, relações raciais, gênero, masculinidade.*

Copyright © 2006 by Revista Estudos Feministas

¹ Tendo em vista que existem diferentes acepções das categorias utilizadas na classificação da cor/raça, neste artigo os termos serão apresentados em itálico, ora referentes às obras citadas, ora às autotclassificações dos entrevistados.

Desde os anos 1980 um conjunto de trabalhos sobre as desigualdades raciais no Brasil tem evidenciado o quanto indivíduos classificados como *negros* (pretos e pardos)¹ estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo de sua trajetória de vida. No escopo dessas investigações destacou-se o papel central que a filiação *racial* joga na transmissão intergeracional das desigual-

² Carlos HASENBALG e Nelson do Valle SILVA, 1993; e HASENBALG, 1996.

³ A produção acadêmica mencionada foi desenvolvida a partir dos dados dos censos demográficos e das pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1976 e 1980. O procedimento dos estudos consiste em estabelecer relações estatísticas entre a cor declarada das pessoas entrevistadas e outras características socioeconômicas e demográficas destas mesmas pessoas (cf. HASENBALG, 1996, p. 239-241).

⁴ Na seleção dos quatro projetos foram contemplados os seguintes critérios: a) inclusão de dois projetos desenvolvidos em comunidades de baixa renda; b) inclusão de dois projetos voltados para o atendimento de jovens ex-moradores de rua; c) possibilidade de fomento de parceria institucional, pela incorporação de projetos sociais desenvolvidos na Fundação Oswaldo Cruz; d) inclusão de pelo menos um projeto que abordasse a temática das relações raciais; e) acesso seguro às comunidades, devido à violência urbana nas favelas cariocas; f) perspectiva de comparação com o estudo de Simone MONTEIRO, 2002, desenvolvido com jovens da favela de Vigário Geral.

⁵ O termo *intervenção social* aqui se refere aos programas de capacitação profissional e educação para a cidadania, realizados por instituições governamentais e/ou organizações da sociedade civil. Esses programas variam em termos de enfoque temático, tempo de duração, entre outros aspectos, conforme ilustra o trabalho de Regina NOVAES e Clara MAFRA, 1998.

⁶ NOVAES, 1997; e Mary CASTRO, Miriam ABRAMOVAY e Maria das Graças RUA, 2001.

⁷ NOVAES, 1997, p. 150.

dades sociais. Isso foi comprovado pelas taxas menores de mobilidade ascendente para os indivíduos *negros*, assim como pelos obstáculos maiores encontrados pelas famílias chefiadas por pessoas de cor *negra* – mesmo as pertencentes aos extratos sociais médios e altos – para transmitirem o *status* alcançado a seus filhos.² Seguindo esses achados, alguns estudos demonstraram as disparidades em termos de cor no acesso à educação e à saúde, na estratificação social e na estrutura ocupacional brasileira.³ Contudo, a relevância que a *cor/raça* adquire na sociabilidade cotidiana e nas diferentes formas de adoecimento ainda é pouco investigada na produção acadêmica nacional. Ademais, observa-se a escassez de pesquisas qualitativas sobre as percepções e experiências da discriminação racial no Brasil.

Nessa perspectiva, este artigo aborda as vivências da discriminação e do preconceito na visão de moças e rapazes das camadas populares do Rio de Janeiro. Tem-se como propósito analisar os significados atribuídos às suas experiências. Para atingir tal objetivo foram realizadas entrevistas em profundidade, focalizando o percurso escolar/profissional e afetivo-sexual de 42 jovens entre 18 e 24 anos, com e sem participação em quatro projetos sociais desenvolvidos na cidade do Rio de Janeiro.⁴ Vale destacar que o presente trabalho integra a pesquisa *Sexualidade, gênero e população negra no Brasil e na Colômbia: avaliações qualitativas*, apoiada pela Fundação Ford, cuja finalidade é avaliar o impacto de intervenções sociais⁵ nas trajetórias de jovens das camadas populares.

O ponto de partida foram alguns estudos que analisaram a repercussão de intervenções sociais promovidas por organizações não-governamentais no aumento das perspectivas de vida de jovens que vivem em áreas pobres ou de *risco*.⁶ As investigações revelaram que os “jovens de projeto”⁷ apresentavam maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem essa vivência. Nesse sentido, a perspectiva de mediação e ampliação das redes sociais, que caracteriza as ações dos projetos sociais, constituiu-se o marco interpretativo deste artigo, orientando a presente análise sobre as configurações que a discriminação e o preconceito racial adquiriram em um segmento juvenil específico.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, refletimos sobre a temática das relações raciais na sociedade brasileira, por meio de um breve mapeamento da literatura nacional. Na segunda parte, apresentamos uma caracterização sociodemográfica dos entrevistados

⁸ Cleusa TURRA e Gustavo VENTURI, 1995; Lillian SCHWARCZ, 1996; Kabengele MUNANGA, 1996; Lívio SANSONE, 2003; e Luiz OLIVEIRA e Paula Cristina BARRETO, 2003.

⁹ Na literatura acadêmica consultada, preconceito e discriminação racial, em geral, não são diferenciados. Neste trabalho optamos por seguir esse padrão. Todavia, existem especificações conceituais que configuram distintas maneiras de abordar o tema das desigualdades raciais. No verbete do *Dicionário de Ciências Sociais*, preconceito é definido como "uma atitude negativa, desfavorável para com um grupo ou seus componentes individuais [...] com ênfase em grupos étnicos". No mesmo dicionário, a discriminação "denota tratamento desfavorável dado arbitrariamente a certas categorias de pessoas [...] as práticas podem incluir a segregação [...] e expressões concretas em que se encarna o preconceito" (FGV, 1986). A compreensão de que discriminação envolve necessariamente uma ação concreta tem sido adotada por algumas organizações não-governamentais de defesa dos direitos e da cidadania, tendo por base documentos oficiais que indicam as sanções que devem ser aplicadas nos casos em que ocorreu discriminação. Ver <http://www.dhnet.org.br/w3/ceddhc/bdados/cartilha14.htm>, acessado em 20 de março de 2006.

¹⁰ Ver Gilberto FREYRE, 1984.

¹¹ O Projeto UNESCO de Relações Raciais, cujo propósito era documentar, compreender e disseminar para o mundo (pós-genocídio nazista) a suposta fórmula da democracia racial brasileira. As pesquisas foram realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco e contaram com a participação de sociólogos e antropólogos, entre os quais Luiz de Aguiar Costa Pinto, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, Charles Wagley, René Ribeiro e Marvin Harris. Sobre a história do Projeto UNESCO de Relações Raciais, ver Marcos MAIO, 1997.

e os resultados gerais relacionados às várias dimensões da vivência da discriminação do grupo em questão. Na terceira, focalizamos os relatos sobre as situações vividas por rapazes com experiências em projetos sociais.

Articulando discriminação e classificação de cor/raça

As pesquisas sobre preconceito racial entre os habitantes das cidades brasileiras normalmente revelam o descompasso entre a visão dos indivíduos acerca da sociedade, onde se reconhece a existência do racismo, e a autopercepção do preconceito, na qual as pessoas afirmam não ter atitudes racistas.⁸ Ainda de acordo com essas reflexões, a identificação do racismo *no outro* revela uma dimensão peculiar das relações raciais no país. Nessa direção, demais trabalhos buscaram desvendar não só os mecanismos e círculos viciosos da discriminação e do preconceito racial⁹ no Brasil, mas também analisar as especificidades, tanto do ponto de vista crítico quanto de sua positivação.

Vale lembrar que as imagens sobre a originalidade do padrão racial brasileiro vêm de longa data,¹⁰ mas ganharam grande visibilidade com as pesquisas patrocinadas pela UNESCO nos anos 1950.¹¹ Os trabalhos constatarem a forte associação entre cor/raça e status socioeconômico, e a ampla documentação produzida confirmou a presença de preconceitos e discriminação racial em todas as esferas. Contudo, os resultados das investigações revelaram a tensão ainda presente entre o mito da democracia racial e o racismo à brasileira.¹² Mais recentemente, a partir de iniciativas ocorridas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), programas governamentais de ação afirmativa com recorte racial vêm sendo implementados no país, dinamizando o debate público em torno do combate às desigualdades raciais.¹³

Dentre as discussões sobre as particularidades das relações raciais no Brasil, consideramos relevante destacar o sistema de classificação cor/raça. Como vários estudos atestam, a concepção da discriminação racial no cenário brasileiro entrelaça-se com as discussões sobre as características físicas atribuídas à "raça". Isso significa dizer que a aparência (fenótipo) é um critério central para a classificação de cor. O trabalho clássico de Oracy Nogueira,¹⁴ por exemplo, mostrou como o modo de classificação da cor de um indivíduo no Brasil é um procedimento que inclui várias combinações. Ao fenótipo misturam-se outros princípios demarcatórios, a saber, a

¹² MAIO, 1999.

¹³ Ver Antônio GUIMARÃES, 1999; Peter FRY, 2000; Rosane HERINGER, 2001; MAIO e MONTEIRO, 2005.

¹⁴ Ver NOGUEIRA, 1998, p. 199-243.

¹⁵ Ver FRY, 1991.

¹⁶ Ver MAGGIE, 1996.

¹⁷ Ver SANSONE, 2003, p. 80.

¹⁸ Ver Sérgio ADORNO, 1996, p. 256; Antônio GUIMARÃES, 1997, p. 68; e Sílvia RAMOS e Leonarda MUSUMECI, 2005.

classe social, a educação e os atributos corporais como postura, modo de vestir, além do *cabelo*, existindo, todavia, uma correlação estreita entre o grau de escuridão da pele e o preconceito e a discriminação sofrida. Esse componente do padrão racial brasileiro, calcado na aparência ou "marca", distingue-se do preconceito de "origem", característico de outras sociedades, entre elas a norte-americana, que reúne na mesma e única categoria *negros* e *mestiços* por mais *brancos* que eles sejam fenotipicamente.

Autores como Peter Fry¹⁵ e Ivonne Maggie¹⁶ contribuem para pensar esse tema ao desenvolverem, cada um a seu modo, análises sobre a existência e articulação de variados modos de classificação racial, quais sejam: o modo dicotômico ou bipolar (*negro/ branco*), o modo censitário (*preto/branco/pardo/amarelo/indígena*) e o modo múltiplo. Este último, amplamente utilizado pela população, caracteriza-se por um contínuo de gradações expressas em uma nomenclatura variada, incluindo mulatos, morenos, escuro, claro, etc. Para Maggie, o *gradiente "escuro-claro"* fala da suposta naturalidade e dilui as oposições por ser relacional, porém valoriza os mais claros e constrange os mais escuros. O trabalho de Fry, por sua vez, positiva a especificidade de uma miríade de classificações, vistas como categorias nativas, o que possibilita o contato de pessoas de várias cores diferentes.

Lívio Sansone,¹⁷ em pesquisa sobre o surgimento de uma nova terminologia da cor em duas cidades da Bahia, examina os contatos inter-raciais locais, caracterizando os espaços onde a cor adquire maior ou menor importância para orientar as relações sociais e de poder. O que essa pesquisa etnográfica traz à tona é a existência de uma hierarquia de domínios e espaços, que ele designa como *áreas leves* e *áreas pesadas* para as relações raciais. O mercado de trabalho, o mercado matrimonial e da paquera e os contatos com a polícia seriam exemplos de áreas em que a cor funciona como empecilho. Alguns ambientes de lazer, incluindo a Igreja Católica, aparecem como espaços onde existe o mínimo de preconceito e discriminação.

O processo específico de discriminação baseada na cor da pele, repercutindo na violação dos direitos da cidadania, tem sido descrito por alguns cientistas sociais brasileiros, embora admitam que as investigações ainda sejam incipientes no país.¹⁸ Sérgio Adorno, em estudo sobre a polícia e o sistema penal na cidade de São Paulo, comprovou a ocorrência de um tratamento discrepante em matéria de direitos humanos para os cidadãos *negros*. Sua conclusão é que o racismo é um critério importante na definição das práticas policiais e penais. Faz parte, ainda,

¹⁹ Ver Luiz Eduardo SOARES et al., 1996; e Alba ZALUAR, 1999 e 2004, entre outros.

²⁰ Os autores indicam que os *brancos* constituem 54% da população do Brasil, mas somente 45,1% das vítimas de homicídio naquele ano. Já os *pardos* são 39,5% da população, mas 44,5% das vítimas; e os *pretos* são 5,7% da população e 9,7% das vítimas, o que revela um risco maior de homicídio para os *pretos* e *pardos*. Ver CANO e FERREIRA, 2003, p. 281-316.

²¹ Maria Cecília MINAYO, 1994.

²² Cabe pontuar que a produção biomédica internacional com recorte racial, sobretudo a norte-americana, é consistente e tem apresentado diversos questionamentos, de ordem teórico-metodológica, relevantes para as investigações acerca dessa temática. Ver MONTEIRO, 2004.

²³ Cf. MAIO e MONTEIRO, 2005.

²⁴ Ver STOLCKE, 1991.

²⁵ Ver CRESHAW, 2002, p. 174-176.

desse padrão discriminatório o crescimento das mortes prematuras de jovens *negros* por homicídios em decorrência da rivalidade violenta das quadrilhas de traficantes de drogas, e entre estas e a polícia, fenômeno típico das áreas metropolitanas, em particular no Rio de Janeiro.¹⁹

O impacto do viés racial na vitimização da população *negra* foi analisado por Inácio Cano e Carlos Eugênio Ferreira. Baseados na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 1998,²⁰ os pesquisadores assinalaram a possibilidade de uma *coorte* de homens *negros* não chegar a idades avançadas por causa do homicídio, causando um agravamento do já constatado quadro de desequilíbrio populacional entre os sexos. Segundo os autores, a expectativa de vida desse grupo no Rio de Janeiro (63,6 anos) é inferior à do Brasil, mas seria maior se não houvesse homicídios, provando que o impacto das mortes violentas no Rio de Janeiro é mais intenso do que a média brasileira.

O dramático quadro do aumento da mortalidade por homicídio de jovens *negros* no Brasil tem chamado a atenção de demógrafos e epidemiologistas, sendo considerado atualmente um grave problema de saúde pública.²¹ Ainda no campo da saúde, faz-se necessário ressaltar que a produção acadêmica biomédica focada nas interfaces entre raça e saúde ainda é tímida no contexto brasileiro, não havendo estudos sobre as consequências da discriminação racial nos agravos a saúde.²² Nos últimos anos, esse cenário vem se modificando em decorrência do interesse de pesquisadores do campo da saúde coletiva e de políticas públicas voltadas para a “saúde da população negra”, conforme análise de Maio e Monteiro.²³

Outra perspectiva que ajuda a entender a trama da discriminação racial é a da interseccionalidade. Em estudo pioneiro, a antropóloga Verena Stolcke²⁴ frisou a necessidade de se examinar o modo como as diferenças “sexuais” e “raciais”, aliadas às da de classe, articulam-se para reproduzir a opressão na sociedade capitalista, tendo por base a naturalização das desigualdades sociais. Kimberlé Crenshaw,²⁵ em outro contexto de pesquisa, mostrou que frequentemente o racismo, a dominação masculina, a pobreza e outros sistemas discriminatórios se cruzam, estruturando as posições relativas dos indivíduos, segundo o gênero. A perspectiva indicada pelas autoras nos parece fundamental para pensar os diversos arranjos através dos quais as formas específicas de discriminação se manifestam no plano da sociabilidade do grupo pesquisado.

Com essas referências em mente, apresentaremos, na segunda parte deste artigo, um breve perfil dos 42 jovens, de ambos os sexos, com e sem experiência em projetos sociais, focalizando os depoimentos sobre as experiências de discriminação. Cabe assinalar que o olhar conferido ao tema privilegiou os sistemas de representações e práticas sociais do universo selecionado, dentro da tradição socioantropológica, através de descrições e interpretações dos valores e práticas de grupos sociais demarcados. Para facilitar a leitura, os jovens com participação em projetos sociais serão doravante denominados de "P" e os sem experiência de "NP".

Vivências da discriminação entre jovens cariocas

Dos 42 entrevistados, 24 tinham participado de projetos sociais e 18 não tinham tido essa experiência, mas ambos os grupos apresentavam características semelhantes em relação a sexo, idade, inserção social e local de moradia. Todos já freqüentaram a escola, mas apenas metade continua a estudar. Comparativamente, os jovens NP revelam menor escolaridade, apesar das diferenças não serem expressivas.

Em relação às suas famílias de origem, verificou-se que a maioria é da Região Sudeste. Os/as jovens são moradores de favelas e/ou bairros populares (Vigário Geral, Santa Cruz, Maré, Vila do Pinheiro e em *situação* de rua). A grande parte vive nesses locais desde seu nascimento, o que indica a permanência desse grupo com suas famílias de origem. Em relação à conjugalidade, cerca da metade declarou-se solteiro/a. Apenas dez jovens afirmam manter uma união estável.

Dos 42 jovens entrevistados, em torno de 50% declarou estar trabalhando. Desses, a maior parte havia participado dos projetos sociais e estava exercendo atividades vinculadas ao setor cultural (monitores, locução, percussão, ator) ou ocupados no setor de serviços (farmácias, supermercados, confecções). Comparativamente, os jovens sem experiência em projetos estavam mais representados no setor informal e precarizado do mercado de trabalho (ambulante, pedreiro, catador de lixo, biscateiro) ou desempregados. O desemprego é expressivo entre as mulheres NP, segmento possivelmente mais afetado pelas rápidas transformações no mundo do trabalho, situação já apontada nos estudos sobre o processo de "desafiliação social"²⁶ nas sociedades contemporâneas.

Cabe observar que, nos dados de que dispomos, a maioria dos/das jovens P se percebe vivenciando uma

²⁶ A noção de "desafiliação social" é utilizada por Robert Castel para elucidar os processos sociais que culminaram em situações de desproteção social e desvinculação das redes próximas. Em contraposição ao conceito de exclusão, "desafiliação" fala de sujeitos ativos, participando das lutas sociais e não somente de uma subjugação à lógica econômica (CASTEL, 1995).

situação social e econômica melhor que a de seus pais, quando eles tinham a mesma idade. As principais evidências diziam respeito à menor quantidade de filhos, à aquisição de bens materiais, às melhores condições de moradia e ao distanciamento do local de origem. Na visão dos rapazes e moças NP, entretanto, seus pais levavam a vida em situação mais favorável, com destaque para a ausência do desemprego ("tinham mais oportunidades") e da violência urbana ("naquela época não tinha tráfico").

As informações relativas à cor/raça revelam que na autotransclassificação – feita a partir da pergunta aberta *Qual a sua cor ou raça?* – 18 jovens se declararam como "negros", 8 "pardos", 6 "morenos", 4 "pretos" e 4 "brancos". Um não respondeu, outra deu uma resposta ambivalente ("morena-preta"), e "pretinha" apareceu uma vez. Grosso modo, não existe diferença de cor significativa entre os entrevistados com e sem participação nos projetos. A menor proporção de *brancos* no universo analisado é coerente com as estatísticas nacionais sobre a maior concentração de *pretos* e *pardos* nos extratos populacionais de menor poder aquisitivo.

Além da pouca variação na terminologia da cor/raça, nos chamou a atenção a maior recorrência do termo *negro* entre os jovens que integraram os projetos e o uso da categoria *preto* apenas por aqueles sem a referida inserção. Tal fato, possivelmente, deve-se à mudança do sinal de valor do termo *negro*, que perdeu a conotação ofensiva, transformando-se em um símbolo de modernidade entre os jovens, conforme já constatado por Sansone em pesquisas no Rio e em Salvador.²⁷ Ademais, dado que o modo como as pessoas indicam a própria cor é o resultado de uma combinação de fatores como nível educacional, renda e faixa etária, estilo, entre outros, podemos supor que a vivência no projeto seja igualmente importante na incorporação de uma taxonomia da cor/raça dos movimentos sociais, que tem privilegiado a categoria racial *negro*. Isso não significa afirmar que o modelo bipolar de classificação foi adotado pelo grupo pesquisado, uma vez que permanece o uso da categoria *pardo*.

Para um aprofundamento da repercussão dos projetos na afirmação de uma identidade racial e nas relações inter-raciais, dentre outros temas, caberia articular os dados relativos à discriminação com a análise da biografia dos jovens e das ações promovidas pelos projetos. Aqui, privilegiou-se a discussão da temática racial a partir da experiência da discriminação, segundo os entrevistados, recorrente em alguns contextos. Esse foco teve por base as perguntas relativas: 1) à percepção e contexto da discriminação; 2) a reações em face das situações de

²⁷ SANSONE, 2003, p. 78-80.

discriminação; 3) a opiniões acerca das oportunidades no mercado de trabalho segundo gênero, cor e classe; 4) a visões sobre a implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras e o racismo.

Quanto às vivências da discriminação, não observamos uma generalização. Do total de entrevistados, 20 homens e 10 mulheres referiram ter vivido algum tipo de discriminação. Dentre os casos mencionados, prevalece a discriminação por cor e local de moradia, seguido do que foi designado como *aparência* pelos jovens, que inclui “modo de vestir”, “condição social” e “deficiência física”. As respostas não foram excludentes, isto é, a maioria descreveu a vivência de múltiplas discriminações. Dos entrevistados que citaram a discriminação por cor, metade também mencionou *aparência*. Tais dados, a princípio, sugerem que, para os entrevistados, a classe, expressa pelo modo de vestir e pela localidade, tem um peso mais expressivo que a cor na percepção das situações de discriminação, mesmo entre os autodeclarados *negros* e *pretos*. Aqueles que viveram nas ruas tendem a perder o vínculo com o lugar de origem, atenuando a importância da localidade nas configurações da discriminação.

Os dados sobre a importância da *aparência* no desencadeamento das práticas discriminatórias correspondem ao já mencionado padrão classificatório brasileiro, ressaltado por Oracy Nogueira. Quer dizer, nas explicações sobre o preconceito no Brasil a cor não é o critério determinante, uma vez que a postura corporal, “o jeito”, o vestuário e o contexto são percebidos como elementos igualmente relevantes.

Em relação aos contextos da discriminação, a maioria indicou espaços públicos, como *shopping centers*, agências bancárias, ruas e restaurantes. Nesses locais o preconceito se traduz pelo distanciamento dos transeuntes, descaso no atendimento, perseguição e violência dos seguranças dos estabelecimentos comerciais, assim como da própria polícia. Os depoentes atribuem o desencadeamento de atitudes discriminatórias tanto pela condição social quanto pela cor. Depois do espaço público, o mercado de trabalho é identificado como uma área *dura* para a cor. Quando perguntados sobre a existência de oportunidades iguais no mercado, a maioria dos/das entrevistados/as reconhece a desigualdade entre homens e mulheres, *pretos*, *pardos* e *brancos* e pobres e ricos. No entanto, alguns percebem a diminuição da assimetria de gênero, pela conquista das mulheres nesse espaço. No que diz respeito à desigualdade entre ricos e pobres, destaca-se a ênfase da falta de escolaridade (“estudo”) dos “pobres” na determinação das oportunidades.

No caso da assimetria entre pessoas de cores diferentes no mercado de trabalho, as falas apontam para a existência do preconceito contra *pretos/negros*, em contraposição a uma posição privilegiada dos *brancos*. Parte não explicita os motivos; outros se referem à ausência de *negros/pretos* em espaços como a mídia eletrônica, à condição social ou à *aparência* para justificar o menor acesso dos *negros* ao mercado. O legado histórico de desvantagens acumuladas pela população *negra* também é citado, assim como situações de racismo no cotidiano, em contextos diversos. Todavia, alguns destacam mudanças positivas em termos da diminuição do racismo. No geral, os achados assinalam a percepção das desigualdades raciais nas oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, as explicações são variadas e não se restringem à cor, demonstrando como cor e classe mantêm entre si uma estreita dialética.

Em relação aos sentimentos e reações em face da discriminação, prevaleceu o que denominamos de interiorização negativa indicada pelas falas sobre sentimentos de humilhação, constrangimento, tristeza e mal-estar. Alguns depoentes alegaram ter reagido com ironia, silêncio e/ou indiferença (“Não me deixo levar”; “Eu não senti nada”; “Levar na brincadeira e na sacanagem”) como estratégia para atenuar o preconceito sofrido. Os casos de externalização, isto é, a explicitação de alguma reação, foram poucos, sendo manifestos pela demonstração de raiva, xingamentos e agressão física.

Observamos que a discriminação ainda é vivida de modo bastante individualizado, não havendo referências ao contexto institucional mais amplo ou busca a entidades de defesa da cidadania ou a redes sociais de proteção, como organizações do movimento negro. Colabora com esse ponto de vista a constatação de que no universo analisado apenas dois jovens formalizaram queixa na polícia nos casos de discriminação racial. Desse modo, os dados indicam que cor e local de moradia são aspectos de discriminação mais recorrentes, e que existem sobreposições entre tais discriminações, revelando as interfaces entre cor, território e classe social/status.

Em relação ao sistema de cotas para *negros*, metade dos/das entrevistados/as já ouviu falar, havendo um predomínio dos homens com participação em projeto. Tal dado sugere uma certa visibilidade desse assunto entre o grupo, embora as explicações, em geral, indiquem uma dificuldade de compreensão do tema. Quanto à opinião dos rapazes e moças acerca dessa proposta, prevalecem os posicionamentos desfavoráveis ou críticos. Eles alegam, incluindo vários auto-identificados *negros*, que os direitos

são iguais e que esse processo desqualifica os supostos beneficiados. Um depoente ilustra essa visão:

Eu como negro deveria apoiar isso. Se todo mundo é ser humano, tem direitos iguais, todos têm a mesma possibilidade, porque para negro tem que existir uma cota? Por quê? O negro é menos competente? Quem vai para as universidades públicas? Aquelas centenas de donos daqueles carros que estão lá. Um cara que veio da favela não tem um carro. É muito complicado, deveriam existir direitos iguais para todos. Tanto para o negro, como o branco, o gordo, o cego, o surdo, como o cara que está na cadeira de rodas. Não cota para um certo grupo.

Poderíamos dizer que os jovens com posicionamentos desfavoráveis defendem princípios universalistas e temem o acirramento do preconceito racial. Em contraposição, aqueles que argumentam a favor das cotas assinalam a dificuldade de acesso da população *negra* e/ou de *classe média baixa* ao ensino de qualidade, reconhecendo a necessidade de tratamento específico para esses grupos sociais, o que é expresso na seguinte avaliação de um outro rapaz *negro*:

Eu acho interessante. Porque é diferente o estudo da pessoa negra, da favela do que do rico, que tem escola particular, escola boa mesmo. Escola pública é boa, mas não é tão assim. Há diferenças de estudo, entendeu [...] eu acho que tem que ter reserva para negros e pobres. Muitos não têm condições de pagar, e a escola pública o ensino é fraco.

Vale notar a existência de opiniões ambivalentes que afirmam tanto o benefício individual das cotas, no sentido da ampliação de oportunidades educacionais, quanto as suas implicações negativas, como a desqualificação pessoal e o não-investimento na melhoria do ensino público. Os achados convergem com as controvérsias atuais acerca das políticas de cotas, conforme indicam algumas análises.²⁸

²⁸ Ver Mala HTUN, 2004; e Mônica GRIN, 2004.

Por fim, ressaltamos que nas opiniões sobre a existência do racismo no Brasil existe um alto reconhecimento de sua presença entre os/as entrevistados/as, em conformidade com estudos nesse campo.

As discriminações em falas masculinas

Na análise dos discursos dos/das 30 jovens que alegaram ter vivido discriminação chamam a atenção o predomínio de falas masculinas (20) e a recorrência de depoimentos de discriminação por cor e *aparência* entre aqueles com experiência institucional. Tal configuração nos

fiz optar por uma análise mais sistemática do material de 12 rapazes que integraram os projetos. Essa escolha mostrou-se importante porque nos pareceu o primeiro passo para entender as interfaces entre raça e gênero e seus matizes. Desse modo, passamos para a análise dos discursos sobre a discriminação a partir da perspectiva masculina.

Discriminação: contextos e reações

Em relação à vivência da discriminação em espaços públicos (shopping center; agência bancária, entre outros), há depoimentos sobre perseguição e agressão por parte de seguranças dos estabelecimentos. No universo analisado apenas um rapaz negro reagiu ativamente, chamando a polícia e formalizando uma queixa contra o agressor:

[...] quando eu fui saindo da loja um segurança me abordou, me jogou na parede. Me virei, saí de perto dele e falei: “O que está acontecendo?” Ele falou: “Eu sou policial e você está preso”. Eu falei: “Estou preso por quê? Sei meus direitos. Se você é policial, não está fardado, tem que se identificar. Se você não se identificar, para mim você não é policial”.

Se, por um lado, homens jovens *negros* e pobres, em geral, são mais vigiados e perseguidos nos espaços públicos, por outro, é raro haver qualquer tipo de enfrentamento, o que decorre, muitas vezes, da crença de que seus direitos não serão garantidos perante as autoridades policiais. São dignos de nota os dados da pesquisa de Ramos e Musumeci sobre a abordagem policial e discriminação no Rio de Janeiro, em que a maior parte dos jovens de cor preta afirma ter sofrido ameaça ou intimidação no contato com a polícia.²⁹ A fala do próprio personagem dessa história ilustra essa vulnerabilidade, ao mesmo tempo que demonstra a ruptura com o silêncio diante da opressão:

[eu falei] “você está pensando que eu sou trouxa, eu moro em comunidade, em Vigário Geral. Tá pensando que eu não conheço essas coisas! Vocês querem dar porrada e dizer que eu quero roubar o shopping”. E detalhe, eu estava muito bem arrumado. O que não justifica, porque é o direito de todos de ir e vir, sem problema. Eu estava trajado, sapato, calça social, todo direitinho. Simplesmente desci, chamei a polícia. Tem uma cabine policial ali... fomos para a delegacia para poder abrir um inquérito contra o cara.

Esse relato exprime uma possível correlação entre as ações educativas dos projetos e a concepção de direitos

²⁹ Ver RAMOS e MUSUMECI, 2005, p. 118.

sociais dos jovens atendidos. Essa pista será explorada em análises subseqüentes sobre os fundamentos e atividades promovidas pelas intervenções sociais. Ressaltamos, ainda, que o jovem acima qualifica como racismo a atitude do segurança caracterizado por ele como *branco*. No entanto, comentando o episódio, não atribuiu somente aos *brancos* tal comportamento. De modo enfático, salientou os atos discriminatórios dos *negros*, demarcando uma postura de distanciamento do discurso da polarização racial.

Eu acho que ele fez por racismo. O cara era branco. Não por ele ser branco, tem negro também que é racista. Tem nego que é negro, não gosta de assumir que é negro e não gosta de negro, eu conheço pessoas assim também.

Ainda no espaço público outro rapaz *negro* afirma ter sido injustamente impedido de entrar em uma agência bancária: a porta automática o *barrava*. Percebeu, no entanto, que tratamento igual não fora dispensado a um “cara branco de terno e mais cinco pessoas [...]”. Embora reconheça o racismo, esse rapaz também mencionou o constrangimento em ser percebido como objeto de insegurança e medo pelo simples modo de vestir: “Muitos acham que assaltante são aqueles que estão mal vestidos”. A fluidez na explicação sobre um tratamento diferenciado para *negros* e pobres em determinados espaços sociais é assinalada na fala de muitos entrevistados autotransclassificados como *negros*, *pardos* ou *brancos*. Eles lamentam os preconceitos dirigidos às pessoas de classe social baixa, o que é traduzido pela indiferença ou descaso dos vendedores/comerciantes para com eles. A discrepância no atendimento devido à classe foi comentada por um rapaz *branco*:

Eu lembro como se fosse hoje, ficou marcado [...] eu entrei na loja, apesar de estar com a minha madrinha, eu era bem jovem, acho que eu estava com 16 anos ainda, entrei no shopping com ela, uma certa discriminação, a pessoa não querer atender ela direito.

Já no ambiente de trabalho, um jovem autotransclassificado *negro* reparou que existiam expectativas particulares nesse circuito, através de olhares dirigidos a ele que sinalizavam uma censura sobre o seu modo de vestir. Nesse sentido, o entrevistado dá um significado específico a sua vivência:

[...] não acredito que isso tenha sido uma forma de discriminação, mas uma forma de orientação quando eu fui promovido para auxiliar de representação e vendas da editora. Onde iria ter stand em Bial

[congresso], falaram que eu tinha que ir bem vestido. Aí eu pensei comigo: "Como eu posso ir bem vestido se não tenho dinheiro para comprar boas roupas?" Isso era uma forma de discriminação, mas era uma pessoa que dizia. Foi que daí eu vi que essa pessoa tinha discriminação, foi quando o chefe me doou as roupas dele. Aí eu passei a andar bem vestido. Não sei, eu acredito que tenha sido mais uma orientação, [...] queria dizer que, se eu estivesse mal vestido naquele lugar, eu poderia estar não atraindo cliente. Tem que ter uma boa imagem...

Esse depoimento tem muito a dizer sobre o peso da condição econômica, traduzida pela *aparência*, nas explicações das situações de discriminação vividas pelos entrevistados. A falta de ênfase explícita no preconceito racial esteve presente na fala de mais um jovem *negro*, que decretou em tom incisivo: "o mais importante é ter dinheiro no bolso". O que fica dessa afirmação é a visão de que a discriminação racial tende a ser suplantada pela riqueza. Como tal, remete a algumas discussões teóricas sobre o modo como cor, classe e status estão relacionados no Brasil em várias situações de interação social. Isso corrobora o aspecto situacional da discriminação racial entre os pesquisados, dada à importância que outros critérios sociais têm nos processos de diferenciação social. Todavia, a indistinção entre raça e classe não se confirma, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho, conforme comenta um rapaz *branco*:

Eu acho que para os negros existe muito racismo no mercado de trabalho. Preconceito pela raça da pessoa mesmo. Às vezes a pessoa é até bem *educada*, se expressa bem, mas não tem chance.

Outro rapaz *negro* vai nessa mesma direção ao afirmar o preconceito de cor distinto do de classe:

Na questão desses empregos que eles pedem perfil, acho que para brancos é mais fácil. Eu tenho amigos que já foram dar entrevistas, por telefone eles ligam e dizem: "Gostamos muito do seu currículo, muito bom, tem tudo que a gente quer dessa pessoa". Aí pergunta qual a cor, no currículo a gente não põe, aí quando diz que é negro, é moreno, aí diz assim: "Ah, não, desculpa, vi errado".

O ambiente midiático também aparece como um contexto responsável pela perpetuação de barreiras na mobilidade social dos *negros*. Dois comentários assinalaram a ausência de homens e mulheres *pretos* e "de cabelo ruim" nos programas televisivos, frisando a presença do racismo nas instituições sociais. Entretanto, foi observado entre alguns

o deslocamento do racismo mais generalizado na sociedade para uma dimensão mais psicológica e individual, conforme comenta um entrevistado autodefinido como *pardo*:

Acho que isso é coisa da pessoa mesmo. Por exemplo, o negro virar e dizer, ah, porque sou negro e tal. Eu acho que ele mesmo põe na cabeça dele. Já é dele, não tem isso. Hoje não tem.

A diminuição do preconceito foi notada por uma parte dos jovens, dentre os quais aqueles que tiveram mais oportunidades de mobilidade e de circulação social decorrente da inserção nos projetos sociais. Chama a atenção que um depoente relate, com humor, a internalização de uma avaliação “negativa” de seu caso, pois acredita ser possuidor de uma marca distintiva que favorece a exclusão:

Sei lá, acho que eles veriam mais para o lado do branco..., agora também diminui um pouco aqui no Brasil, ninguém está mais jogando por esse lado aí, mas existe ainda sim. Por exemplo, uma empresa grandona, se *tu* chegar lá vai conseguir, eu com essa cara de bandido [balançou negativamente a cabeça]...

Tendo em vista que esse jovem conseguiu se inserir de forma bem-sucedida no mercado cultural, pode-se dizer que a vivência institucional concorra para atenuar os obstáculos para a ascensão social da população *negra* e pobre. Nessa direção, esse relato estimula uma reflexão sobre os processos específicos que marcam a experiência da discriminação entre os jovens pesquisados. A constatação da permanência do racismo em determinados espaços sociais, incluindo possibilidades de preterição, não elimina o reconhecimento da diminuição do preconceito. Isso poderia indicar vivências simultâneas e variadas de processos de inserção social (promovida muitas vezes pelas ações dos projetos) e de barreiras sociais (limites na ascensão social).

Nessa direção, a maioria dos rapazes vivencia múltiplas discriminações decorrentes da interação entre cor e classe social. A “identidade” territorial, definida aqui pelos laços sociais e simbólicos estabelecidos com áreas geográficas, também integra esse processo, como veremos a seguir.

Territorialidade e cor

Parte dos rapazes entrevistados alega experimentar constantes tensões em função de estigmas associados aos seus locais de moradia. A fala abaixo mostra a reação de um jovem, autodeclarado moreno, diante de uma

apreciação negativa de sua condição de morador da Favela da Maré:

Minha amiga falou, você vai falar que mora na Maré? Vou falar que moro aonde? Na Barra da Tijuca, se eu moro na Maré? Se eu tenho que divulgar o meu projeto aqui, a minha grande oportunidade com pessoas, ONGs da França, Espanha, Peru, Paraguai, Uruguai. Eu tendo a minha oportunidade eu vou falar que moro na Barra. Não, eu moro na Maré e me orgulho disso.

Ainda nesse sentido, um rapaz reagiu aos comentários preconceituosos sobre sua comunidade, valorizando as alternativas de lazer existentes, como baile e forró, freqüentados por pessoas do *asfalto*. Demais moradores de favelas também mencionaram o desconforto de verem o lugar onde moram recorrentemente associado à criminalidade e às guerras entre traficantes e policiais. Os depoentes afirmam que isso normalmente ocorre quando precisam dar o endereço em lojas ou para emprego, ou seja, a territorialidade, nesse caso, é considerada um fator restritivo. Vale a pena transcrever um depoimento de um outro jovem *pardo* a esse respeito.

[...] quando eu vou procurar emprego eu botava o meu endereço no currículo: "Ah, pode aguardar". Até hoje eu estou aguardando. "Ah, Vila do Pinheiro, troca de tiros, bandidos." Então quer dizer já começou a discriminação dali. Eu li uma reportagem que pessoas jovens que moram no Morro do Alemão, que mora na Cidade de Deus, não conseguem emprego por morar ali. Será que só mora pessoas barra ali dentro do Morro do Alemão? Tem pessoas boas. Só que a sociedade não vê o outro lado.

A postura desse entrevistado, assim como a de outros jovens moradores de favelas no Rio de Janeiro, distingue-se do que acontece na maioria dos casos de discriminação por cor. Em vez do constrangimento, eles positivam a identidade territorial, reforçando o vínculo afetivo com o lugar, não obstante a violência trazida pelo tráfico de drogas nessas áreas nos últimos anos e suas implicações nos planos simbólico e político para a teia de sociabilidade juvenil.

Considerações finais

Nesta investigação privilegiamos as experiências de jovens das camadas populares cariocas sobre a discriminação, buscando identificar os contextos dessa vivência, impactos nas trajetórias de vida e as formas de enfrentamento empregadas. Constatamos que as experiências não são atestadas pela totalidade do grupo pesquisado, sendo mais freqüentemente relatadas pelos

homens, principalmente aqueles que integraram os projetos sociais. A escassez de depoimentos femininos assinala o peso da assimetria das relações de gênero na percepção do racismo, o que é traduzido pela invisibilidade do componente racial nas situações de discriminação vividas pelas mulheres.

Esse cenário estimula reflexões sobre as interfaces entre as hierarquias de raça, classe e gênero, particularmente no contexto brasileiro em que a marcação da cor, como um domínio de discriminação, não é dissociada da condição social das pessoas. Porém, isso não significa dizer que a identificação do racismo fique sempre subsumida à condição econômica e que a cor não jogue um papel relevante na dinâmica das opressões. As descrições dos jovens reafirmam dados da literatura, segundo os quais o mercado de trabalho e a circulação por locais públicos são contextos em que cor/raça interagem com as desvantagens sociais preexistentes, produzindo uma dimensão específica da discriminação. Nesse particular, é fundamental ter em mente o fato de que os homens *negros* e pobres moradores de áreas urbanas são mais vulneráveis às práticas discriminatórias e racistas, inclusive pelas instituições criadas para protegê-los, como a polícia.³⁰

Na reflexão realizada, o aspecto da classe interligada ao local de moradia também foi percebido pelos informantes como elemento desencadeador de atitudes discriminatórias. Salientamos que, diferentemente das situações de discriminação racial, as manifestações de preconceito ligadas ao local de moradia suscitaram reações de positividade do lugar entre os informantes. Quer dizer, a territorialidade traduz-se em motivo de orgulho, sobretudo entre jovens das comunidades empobrecidas, dada a importância do território no sistema de classificação social no Rio de Janeiro.³¹ A localidade serve, portanto, como parâmetro de outras formas de classificação, particularmente classe social e estilos juvenis. Entre os jovens, a valorização da territorialidade também pode ser vista pelo ângulo das gratificações reais e simbólicas advindas de possuir uma identidade coletiva em um cenário conturbado pela violência urbana. Nesse sentido, o que parece contar entre esses homens entrevistados é o sentimento de adesão a um grupo e a afirmação de um repertório comum, dado pela classificação territorial, interligada ao manejo de códigos de sociabilidade masculina.³²

No que se refere às reações diante das práticas discriminatórias, notam-se ainda posicionamentos mais assertivos e apoiados em concepções de direitos sociais entre os rapazes com experiência institucional. Tendo em

³⁰ Ver ADORNO, 1996; SOARES et al., 1996; e RAMOS e MUSUMECI, 2005.

³¹ Nos anos 1990, o aumento considerável da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro trazidas pelo tráfico ilegal de drogas passou a fazer parte do cotidiano dos moradores, o que tem contribuído para a generalização dos sentimentos de medo e insegurança decorrentes da ausência de mudanças nas políticas de segurança pública na área da violência (ZALUAR, 1999).

³² Fátima CECCHETTO, 2004.

³³ MONTEIRO e CECCHETTO, 2006.

vista demais indicações sobre o impacto dos projetos na mobilidade social e profissionalização dos jovens,³³ podemos supor que a experiência institucional conferiu uma distinção aos seus participantes, se comparados aos seus pares sem inserção nos projetos. Resta saber em que medida demais diferenciações, como o predomínio da terminologia *negro*, podem ser atribuídas aos discursos e atividades promovidas no âmbito dos projetos sociais.

Com base nos depoimentos analisados, concluímos que os entrevistados estão posicionados em um espaço onde as manifestações de discriminação de cor/raça, classe e local de moradia se encontram, produzindo processos simultâneos e variados, porém, às vezes, danosos. Foi possível depreender que o racismo não age com igual força entre os jovens pesquisados, ou seja, há que se considerar a heterogeneidade das vivências da discriminação, evitando generalizações em demasia. A perspectiva comparativa entre os jovens com e sem experiência institucional, com recorte de gênero, adotada no presente texto forneceu pistas interessantes sobre as experiências de discriminação. Essas indicações podem ser aprofundadas a partir de estudos subsequentes sobre as ações dos projetos, ampliando assim o entendimento dos circuitos, das redes e dos processos que envolvem as práticas discriminatórias em face das especificidades das relações raciais no Rio de Janeiro e no Brasil.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. "Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal". In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 255-275.
- CANO, Inácio; FERREIRA, Carlos Eugênio. "Homicídios e evolução demográfica no Brasil: impacto da evolução demográfica na futura taxa de homicídios e a incidência dos homicídios na pirâmide populacional". In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003. p. 281-358
- CASTEL, Robert. *Metamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

- CECCHETTO, Fátima. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Coordenação de Benedito Silva. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- FRY, Peter. "Politicamente correto num lugar, incorreto noutra? Relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue". *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 21, p. 167-177, dez. 1991.
- _____. "Politics, Nationality, and the Meaning of 'Race' in Brazil." *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, v. 129, p. 83-118, 2000.
- GRIN, Mônica. "Políticas públicas e desigualdade racial: do dilema à ação". In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 331-344.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. "Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial 'publicizada'". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 51-78, 1997.
- _____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- HASENBALG, Carlos. "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 235-249.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. "Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, p. 141-159, 1993.
- HERINGER, Rosane. "Mapeamento das ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 2, p. 291-334, 2001.
- HTUN, Mala. "From 'Racial Democracy' to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil". *Latin American Research Review*, v. 39, n. 1, p. 60-89, 2004.
- MAGGIE, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a luz do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 225-234.
- MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. 1997. Tese (Doutorado)

- em Ciência Política) – Universidade Cândido Mendes/ IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____. "O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- MAIO, Marcor Shor; MONTEIRO, Simone. "Tempo de racialização: o caso da saúde da 'população negra' no Brasil". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 419-446, maio/ago. 2005.
- MINAYO, Maria Cecília S. "Violência social sob a perspectiva da saúde pública". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, suplemento 1, p. 7-8, 1994.
- MONTEIRO, Simone. *Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em um favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- _____. "Desigualdades em saúde, raça e etnicidade: questões e desafios". In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 45-56.
- MONTEIRO, Simone; CECCHETTO, Fátima. "Trajetórias juvenis e intervenções sociais: repercussões nas práticas sociais e em saúde (RJ, Brasil)". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 193-200, jan. 2006.
- MUNANGA, Kabengele. "As facetas do racismo silenciado". In: SCHWARCZ, Lílían Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 213-229.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- NOVAES, Regina R. "Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais". In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 119-160.
- NOVAES, Regina; MAFRA, Clara. "Juventude, conflito social e solidariedade". *Comunicações do ISEER*, v. 50, n. 17, p. 143-158, 1998.
- OLIVEIRA, Luiz Pereira Cloves; BARRETO, Paula Cristina da Silva. "Percepção do racismo no Rio de Janeiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, p. 183-213, 2003.
- RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: EDUFBA/Pallas, 2003 [1993].

- SCHWARCZ, Lillian Moritz. "As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro". In: SCHWARCZ, Lillian Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 147-185.
- SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.
- STOLKE, Verena. "Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?" *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, p. 101-119, jun. 1991.
- TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (Orgs.). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
- ZALUAR, Alba. "Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995". *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 34, p. 7-33, maio 1999.
- _____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

[Recebido em outubro de 2005 e
aceito para publicação em abril de 2006]

Discrimination, Color and Social Intervention Among Youth: The Male Perspective (RJ, Brazil)

Abstract: *This work approaches the thematic of discrimination and racism among carioca youth, through the analysis of the insights, experiences and reactions of the group before prejudicial situations. The study integrates a broader research about the effects of social interventions in the trajectories of young males and females from the popular layers. Hence, meaningful interviews have been made with 42 youths aged 18 through 24, with and without the participation in projects concerned with the citizenship and professional capacitation. Herein we have privileged the analysis of the youths' talks about the circuits, the networks and the processes that involve the discriminatory practices in Rio de Janeiro city. We emphasize the configurations that discrimination and racism assume among young males with experience in social projects and their implication for the sociability and access to certain social spaces. The comparative perspective among youths with and without institutional experience has given interesting insights on race, class and gender, thus broadening the understanding of the racial relations specificities in Brazil.*

Key Words: *Discrimination, youth, social intervention, racial relations, gender, masculinity.*